



KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA
CNPJ: 10.327.626/0001-60

Fone: (41) 3636-1770 / (41) 99149-0938 / 98447-1666

Whatsapp (41)98523-3034

E-mail: kavapinturasbn@bol.com.br

ILMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - ESTADO DE SANTA CATARINA

Ref. Concorrência Eletrônica nº 45/2024

KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 10.327.626/0001-60, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, a tempo e modo, interpor o presente **RECURSO**, à desclassificação, que afirma que o valor de um item é inexequível:

Rua Juvenal Costa Nº 130 - Balsa Nova - Paraná



KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA
CNPJ: 10.327.626/0001-60

Fone: (41) 3636-1770 / (41) 99149-0938 / 98447-1666

Whatsapp (41)98523-3034

E-mail: kavapinturasbn@bol.com.br

Gostaríamos de afirmar, que nossa empresa desempenha serviços em diversos órgãos públicos, tanto no Estado do Paraná, como em Santa Catarina, executando sempre da melhor forma e com os melhores materiais possíveis.

Lembrando dos princípios constitucionais que norteiam a administração pública, deve-se sempre levar em consideração, além de toda documentação, o melhor preço. Assim afastando qualquer vício, que possa desabonar todo o processo.

Apresentamos toda documentação necessária, colocamos o valor que realmente conseguimos para executar a obra e vamos realiza-la da melhor maneira possível. Somos uma empresa privada e também teremos o nosso lucro com o serviço ofertado, assim, não cabe as outras concorrentes ou a comissão avaliar se a proposta é lucrativa, visto que a empresa prestou todas as informações e documentos solicitados. Neste sentido é a lição clássica de Marçal Justen Filho:

“Discorda-se do entendimento de que toda as hipóteses de inexecutabilidade comportam tratamento jurídico idêntico. Ao contrário, deve impor-se uma diferenciação fundamental, destinada a averiguar se a proposta pode ou não ser executada pela licitante, ainda que seu valor seja deficitário. A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa será uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa. Aliás, observa-se que a eliminação de ofertas de valor reduzido pode configurar, por si só, uma ofensa aos princípios da competição leal. Num sistema capitalista, os agentes econômicos são livres para formular propostas e, ao longo da competição pela clientela, promover redução contínua de seus preços. Logo, impedir uma prática essencial ao capitalismo caracteriza uma distorção do processo de competição, em que se pretende impedir a obtenção de contratação por aquele que formula a proposta



KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA
CNPJ: 10.327.626/0001-60

Fone: (41) 3636-1770 / (41) 99149-0938 / 98447-1666

Whatsapp (41)98523-3034

E-mail: kavapinturasbn@bol.com.br

de menor valor. (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, Editora Dialética, p. 455-456).

De igual modo esse é o entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União (nº 1092/2013 – TCU – Plenário, Processo nº TC 046.588/2012-4. Relator : Ministro Raimundo Carreiro), conforme se extrai do trecho do Acórdão abaixo colacionado:

“32. Para isso era necessária apresentação de cálculos evidenciando de forma objetiva que o preço era inexequível e uma análise quanto à impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou, pois a questão fundamental não reside no valor da proposta em si, mas na capacidade de o licitante realizar o que ofertou”.

O edital fala de inexequibilidade, porém da proposta como um total e não apenas de um item, o qual é uma placa. Lembrando que trabalhamos em diversos lugares, temos um certo material em estoque, o que certamente podemos reduzir o custo.

Diante das razões de fato e de direito aduzidas, a Recorrente espera e confia que V.Sa. reconsidere a nossa desclassificação injusta.

**Nestes termos,
Pede deferimento.**

Balsa Nova, 10 de setembro de 2024.